



Religião, Verdade e Hermenêutica

Religion, truth and hermeneutics

Elton Vitoriano Ribeiro*

1 Introdução

Apesar de vivermos em uma era secularizada (TAYLOR, 2007), o discurso religioso continua atual e as religiões parecem adquirir novos e importantes lugares na esfera pública da sociedade contemporânea. Diante dessa realidade, a pergunta pela verdade não poderia deixar de ser colocada. Até que ponto a religião, ou as religiões, nos apresentam verdades sobre a vida, o sentido e Deus? Qual o estatuto das verdades religiosas? Como interpretar essas verdades postuladas pelas religiões em nossa sociedade pluralista e multicultural (TAYLOR, 2004)?

A presente comunicação quer começar a enfrentar este desafio. Decidimos utilizar a hermenêutica para compormos um quadro teórico geral que sirva de ponto de partida para ulteriores investigações. Primeiro, a partir de uma abordagem filosófica, depois aprofundando a questão hermenêutica, para finalmente apresentar a questão a partir de sua dimensão trinitária.

2 Traços de uma abordagem filosófica da verdade

O estudo filosófico sobre a questão da verdade encontra atualmente uma diversidade muito grande de teorias em torno da elucidação do conceito de verdade. Segundo um grande número de autores (KIRKHAN, 2003), a compreensão da verdade como correspondência entre a inteligência e a realidade, ou na expressão clássica de Tomás de Aquino “*adaequatio intellectus et rei*”, parece ser o ponto de partida e uma referência

Comunicação recebida em 01 de maio de 2011 e aprovada em 31 de Maio de 2011.

* Doutor em Filosofia, PUG, Roma, 2010. Professor de filosofia FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia). País de origem: Brasil. E-mail: eltonvitoriano@gmail.com

constante a qualquer aprofundamento da questão. O que aparece como decisivo é a referência à adequação entre a proposição e o fato, entre o discurso e o real, entre o pensamento e o ser. A teoria da adequação adquiriu importância porque está implícita no uso cotidiano que fazemos da noção de verdade. A representação oferecida pela proposição proferida, isto é, o modo como a proposição representa aquilo a que se refere, está fundada na própria coisa, só assim a abstração efetuada é legítima, vale dizer, é verdadeira. Nesta problemática acerca da questão da verdade, vale lembrar que aquilo que é afirmado como verdade não é algo totalmente objetivo, independente do sujeito que conhece. Nem algo totalmente subjetivo, como se fosse possível prescindir do objeto. A realidade é um evento no qual estão entremeados sujeito e objeto num mútuo e único condicionamento: o objeto determina o sujeito, e este, o objeto. A realidade, portanto, é algo que não se pode encontrar fora dessa relação. Não é um mundo objetivo dado previamente. Nem se funda em algo posto pelo próprio sujeito. A realidade, assim, é uma relação que acontece, ou seja, é um evento.

Por exemplo, a Bíblia é expressão da maneira semita de pensar. Nela não encontramos um conceito de verdade que seja devedor do pensamento grego. Também o conceito bíblico de verdade é algo totalmente diferente do significado da palavra verdade em nossa linguagem comum hodierna (GNILKA, 1971, pp. 411-417; BAUER, 1971, pp. 437-440; LACOSTE, 2004, pp. 1830-1832). Para compreendermos a estrutura do pensar bíblico, é importante termos em conta que o horizonte desse pensar é o horizonte da ordem salvífica.

Na Bíblia, o conceito de verdade é expresso pelo vocábulo *emet*. Esse vocábulo significa, basicamente, firmeza, consistência, fidelidade entre pessoas e com Deus. Por exemplo, as palavras humanas são *emet* ao se comprovarem como dignas de confiança (Ex. 18,21). Essa confiança corresponde à concepção veterotestamentária de fé. Ter fé em Deus, apoiar-se em Deus, significa ganhar fundamento e consistência na vida.

Biblicamente, a verdade acontece na história. A verdade bíblica não se manifesta em sua plenitude através de um procedimento racional que leva ao *logos*, mas por meio da confiança na própria fidelidade de Deus. Ela se comprova na história passada de fidelidade divina e na confiança esperançosa aberta ao futuro. Assim, a noção bíblica de verdade não

pode ser estabelecida através do puro uso da razão, pois ela deve se comprovar sempre de novo no futuro, sendo acessível à luz da fé que se lança confiante ao futuro.

3 Abordagem hermenêutica da verdade

Nesta reflexão, assumiremos a orientação hermenêutica de Geffré (GEFFRÉ, 1989, p. 73-76), que, no que diz respeito à questão da verdade, mantém-se fiel ao pensamento heideggeriano. Com isso, Geffré quer dar pontos de referência para a compreensão do estatuto epistemológico da verdade, e não, propriamente, construir uma reflexão exaustiva nesse domínio. Geffré quer pensar o que significa dizer que se possui a verdade, ou qual o significado de alguém afirmar que chegou a conhecer a verdade. Sendo de orientação hermenêutica, deseja antes de tudo abandonar qualquer solipsismo. Para a hermenêutica, é na troca com o outro que se pode descobrir o que é a verdade.

Geffré também não trabalha com o horizonte de reflexão das teorias analíticas do neopositivismo lógico. Nesse horizonte poderíamos ter, basicamente, duas abordagens. Primeiro, as teorias criteriológicas, que trabalham na compreensão de quais são os critérios que permitem identificar um enunciado verdadeiro. Segundo, as teorias verificatórias, que trabalham na compreensão de quais são os processos de verificação para se saber se um enunciado é verdadeiro ou não. Ele prefere partir do pensamento de Heidegger, que põe em questão o nexos entre o problema da verdade e seu enunciado e defende uma visão da verdade cujo contrário não é o falso ou o erro, mas o que ainda não se manifestou. A verdade é um desvelar pontual do que ainda está encoberto. A verdade é desvelamento e só ao homem ela pode revelar-se. Nega-se que a verdade seja primeiramente a adequação entre o intelecto e a coisa. Ele sustenta, de acordo com o primitivo significado grego, que a verdade é desvelamento. A verdade é convertida, assim, num elemento da existência. Desta forma, a verdade só pode se dar no fenômeno de *estar no mundo* próprio da existência. Ora, por um viés religioso, podemos afirmar que a verdade não é outra coisa senão o desvelar progressivo de uma verdade escatológica da qual nós só percebemos a antecipação em relação à plenitude que ainda está por vir.

Geffré resgata a interpretação de que o compreender histórico tem uma importância decisiva para a compreensão religiosa dos enunciados da fé. Nessas compreensões, é a

nossa própria existência, enquanto perpétuo projeto, que está em jogo. Isto porque, para o ser humano, existir é existir na modalidade de interpretante, modalidade que nos é dada no dom da linguagem. Portanto, “a verdade não existe fora da linguagem, e está sempre em referência à perspectiva na qual eu a recebo. Talvez haja verdades absolutas, mas, tal como elas são apreendidas pelo homem, as verdades são sempre relativas; não ousou dizer que elas são provisórias, mas como a sua expressão não seria provisória?” (GEFFRÉ, 1999, p. 72).

A hermenêutica de Geffré não renuncia à pesquisa da verdade. Mas ela quer escapar das armadilhas epistemológicas do dogmatismo especulativo e do historicismo. Isto porque o dogmatismo especulativo desconhece a historicidade radical de toda verdade, inclusive da verdade revelada. Já o historicismo acredita que a verdade pode ser reconstituída por métodos científicos. Geffré propõe um pensar além e aquém a questão da verdade, ou seja, um pensar interpretativo e genealógico.

Todo discurso, todo texto, reenvia a um ato contínuo de interpretar. Nesse ato de interpretar, somos enviados a nos compreendermos no espelho do texto, a fazermos uma constante avaliação do mundo, da tradição em que vivemos, e a nos relacionarmos de forma sempre nova e diferente na humanidade do outro.

Ora, se a tradição é um ato de construção que está, inexoravelmente, imbricado no compreender, no ato de interpretar determinada realidade, então devemos também compreender as religiões, por exemplo, como um texto ao qual devemos, hoje, interpretar. A verdadeira tradição religiosa sempre se entende como interpretação criativa, interpretação que procede da confrontação viva entre o discurso passado da comunidade e o discurso presente, informada por sua prática concreta. E é nessa relação genealógica do passado com o presente que temos o lugar de produção da verdade. Assim, diferentemente de certos discursos tradicionais nos quais a verdade é entendida numa concepção absolutista, na hermenêutica, a verdade do discurso sobre a religião será bem mais antecipação e manifestação progressiva de uma realidade futura do que adequação com relação a uma essência imutável.

Para Geffré, a reflexão religiosa é sempre um caminho inacabado para uma verdade mais plena. É um esforço para tornar mais inteligível e significativa, hoje, a linguagem já constituída, linguagem que já é interpretativa. Assim, a linguagem religiosa é necessariamente interpretativa na medida mesma em que visa à realidade do próprio

mistério religioso a partir de significantes inadequados, ou seja, a partir de significantes que estão sempre aquém daquilo que se diz. Nesse dito da linguagem, existe sempre muito de não dito. Tomar consciência desses limites é importante porque eles influirão na maneira mesma de se conceber os critérios de compreensão da verdade religiosa. Por isso, é importante elucidar que o ponto de partida não é um ponto empírico, mas é um interpretar histórico dos eventos fundadores.

4 A dimensão trinitária da verdade

A partir dessa elucidação anterior, podemos falar em uma dimensão trinitária da verdade. Primeiro, a verdade da religião é da ordem do testemunho. O objeto do conhecimento religioso é o mistério do fenômeno religioso na vida dos seres humanos. Por exemplo, no cristianismo é a revelação de Deus que não é concebida como um conjunto de verdades conceituais, mas como a autocomunicação de Deus em Jesus Cristo. Por isso, Jesus Cristo é a testemunha insuperável de Deus Pai. E o testemunho de Jesus se traduziu em enunciados de fé sobre os quais trabalha o teólogo.

A verdade religiosa “é uma verdade que acontece apenas no evento sempre atual de sua enunciação e que é toda voltada para uma plenitude de manifestação de ordem escatológica” (GEFFRÉ, 1989, p. 82). Assim, a verdade, na perspectiva hermenêutica, está imbricada a uma linguagem autoimplicativa, isto é, a uma linguagem de engajamento. Uma vez que ela não se refere a verdades verificáveis e que o sujeito crente está totalmente implicado em seu ato de enunciação, ela depende do *testemunho*. Mas não temos aqui verdades arbitrárias, temos verdades que pertencem a uma verdade originária, situada aquém de todo julgamento e que não é senão a eclosão do sentido. Quer dizer, essas verdades, por falarem do sentido do ser humano, se impõem em nome de uma evidência interior. Assim, a religião é precedida por uma verdade que ela conhece por *testemunho*. Verdade da qual ela também, por sua vez, dá *testemunho*. Existe, portanto, uma *passividade* primeira.

Segundo, a verdade da religião é radicalmente histórica. Como vimos, a verdade da religião é da ordem do *testemunho*. Ora, quem diz *testemunho* diz distância, diz interpretação. Esse *testemunho* se torna, às vezes, *escritura*. Isto significa que não há uma

imediatidade da verdade. Quer dizer, a religião não pode pensar num acesso imediato à verdade como se esta coincidissem com a palavra, por exemplo, de Deus em estado puro. A posse da verdade pelo espírito humano será sempre *histórica*. Por isso, a reflexão religiosa como hermenêutica só atinge a verdade dos enunciados de fé numa perspectiva histórica. Isto é, os enunciados de fé são verdadeiros hoje como ontem, mas a sua compreensão correta depende do poder de significação do ser humano num dado momento histórico.

A relação da hermenêutica com a verdade será sempre uma relação mútua entre o *evento fundador* e a *situação atual* da comunidade crente. Para a hermenêutica, devemos renunciar à ideia de uma verdade que supõe um objeto imutável e um sujeito fixo. O elemento interpretativo da comunidade pertence, inexoravelmente, ao conteúdo de verdade de fé. Assim, a verdade é um advir permanente, entregue ao risco da história e da liberdade interpretativa da comunidade. A responsabilidade do pensador consiste em mostrar a continuidade descontínua da *tradição*. *Tradição* que produz novas respostas ao acontecimento permanente e sempre novo da verdade originária que constituiu determinada religião.

Terceiro, a verdade da religião como expressão do consenso. Nossa reflexão, a partir do pensamento de Geffré, nos encaminhou para a compreensão da experiência da verdade como um conhecimento que não se identifica com o puramente especulativo. Ela é um caminho a seguir, é um permanente advir. Ela nasce do *testemunho* e está sempre *encarnada*. *Encarnada* e em confronto constante com a situação concreta do mundo e da comunidade religiosa.

Pela reflexão hermenêutica, percebemos que há muitas maneiras de se ler um texto. A interpretação não é única, o que torna impossível sacralizar a verdade de um texto. Mas é verdade, também, que não existe a possibilidade de infinitas interpretações. Essa possibilidade se inscreve num *campo hermenêutico* determinado por uma comunidade de interpretação. Por isso, o conhecimento da verdade se faz mediante o reconhecimento mútuo de vários sujeitos que testemunham uma verdade sempre inacessível. A verdade não depende do saber imediato, dado de uma vez por todas, mas do processo argumentativo intersubjetivo. Vale dizer, por meio do *consensus* que é o faro, o sentir, inerente à experiência fundamental da comunidade e das experiências históricas ulteriores. Encontramos ecos do pensamento de Habermas (HABERMAS, 2004). Com efeito, para

Habermas, a verdade é o resultado do processo intersubjetivo do consenso. Assim a questão não é chegar-se a um consenso custe o que custar, mas chegar-se a um consenso sem violência, ou seja, a uma situação de comunicação ideal.

Portanto, a comunidade é o *lugar hermenêutico* para a decisão sobre o verdadeiro. Quer dizer, a norma do julgamento acerca da verdade deve ser buscada na relação entre a experiência fundamental e a experiência coletiva da comunidade, marcada pelos novos estados de consciência da humanidade.

Concluindo

Uma compreensão hermenêutica da verdade na religião leva em consideração a nossa própria existência humana. Somos seres em projeto, em constante devir, o que faz com que o passado não possa encerrar a plenitude do sentido de nossas vidas, nem de toda a verdade. Para a hermenêutica, a verdade na religião será bem mais antecipação e manifestação progressiva de uma realidade futura do que adequação a uma essência imutável. Quer dizer, a verdade estará sob o signo de um advento permanente. Essa verdade não pode ser compreendida deslocada da linguagem e é acessível num processo de interpretação hermenêutico. Processo hermenêutico que exige uma passividade primeira. Processo desdobrável a partir de testemunhos, que acontecem historicamente e que são expressão do consenso comunitário.

Referências

BAUER, J. B. Verdade, em FRIES, Heinrich. In: **Dicionário de Teologia**: v. 5. São Paulo: Loyola, 1971. p. 437-440.

GEFFRÉ, C. **Como fazer teologia hoje**: hermenêutica teológica. São Paulo, Paulinas: 1989.

GEFFRÉ, C. **Profession Théologien**: quelle pensée chrétienne pour le XXI siècle?. Paris: Albin Michel, 1999.

GNILKA, J. Verdade na Bíblia, em FRIES, Heinrich. In: **Dicionário de Teologia**: v. 5. São Paulo: Loyola, 1971. p.411-417.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

KIRKHAN, R. **Teorias da Verdade**: uma introdução crítica. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

LACOSTE, J.-Y. Verdade, em FRIES, Heinrich. In: **Dicionário de Teologia**: v. 5. São Paulo: Loyola, 1971. p.1830-1832.

MIRANDA, M. F. Verdade cristã e Pluralismo religioso. **Rev. Atualidade Teológica**, v. 13, p.32-49, jan./abr. 2003.

TAYLOR, C. H. **Modern Social Imaginaries**. London: Duke University Press, 2004.

TAYLOR, C. H. **A Secular Age**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.